

Afinal, com que língua eu “fui”?

Uma busca por compreender os processos de ensino e aprendizagem das crianças surdas

Gabriel Pigozzo Tanus Cherp Martins

Resumo

O processo de educação dos surdos é complexo e desafiador. Línguas diferentes, culturas diferentes, formas de ver e compreender o mundo diferentes estão em constante tensão dentro da escola. Durante anos foi possível acompanhar diferentes contextos e tempos onde essas tensões entre surdos e ouvintes estavam em constante movimento. O trabalho surge a partir da necessidade de verificar o “peso” que as duas línguas, Libras e Língua Portuguesa, têm nesse processo educativo ou durante os percursos formativos. Para isso foram “ouvidas” 21 pessoas entre elas, professores surdos e ouvintes, alunos surdos e mães de surdos. A partir das suas vozes, opinião e desabafo, foi possível identificar inúmeras questões que permeiam este campo, além de identificar que, mesmo com toda visibilidade conquistada durante essas duas décadas de reconhecimento a Libras é preterida em relação à Língua Portuguesa no processo de ensino das crianças, jovens e adultos surdos.

Palavras Chave

Ensino de Surdos; Libras; Língua Portuguesa para surdos; Percurso formativo; Escola Inclusiva.

Recebido em: 31/10/2023
Aprovado em: 28/12/2023

After all, what language did I “go with”?

A quest to understand the teaching and learning processes of deaf children

Abstract

The process of educating deaf people is complex and challenging. Different languages, different cultures, different ways of seeing and understanding the world are in constant tension within the school. For years it was possible to follow different contexts and times where these deaf and hearing people were in constant movement. The work arises from the need to verify the “weight” that the two languages, Libras and Portuguese, have in this educational process or during training paths. For this purpose, 21 people were “listened to”, including deaf and hearing teachers, deaf students and mothers of deaf people. From their voices, opinions and outbursts, it was possible to identify numerous issues that permeate this field, in addition to identifying that, even with all the visibility gained during these two decades of recognition, Libras is overlooked in relation to the Portuguese Language in the teaching process of deaf children, young people and adults.

Key-words

Teaching the deaf; Libras; Portuguesa language for the deaf; training path; Inclusive school.

Received on: 10/31/2023
Approved on: 12/28/2023

Introdução

Alguns anos imerso no trabalho na/com a educação de surdos possibilitou ao autor deste texto uma larga experiência em todas as etapas da escolarização, desde a educação infantil até o ensino superior, passando pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ou seja, ele conseguiu vivenciar e experienciar grande parte das funções ou papéis que a educação de/com surdos possibilita: professor de Libras, professor de Língua Portuguesa e Tradutor Intérprete de Libras / Língua Portuguesa (TILSP).

A ideia de escrever este texto não aconteceu de “uma hora pra outra”, mas sim, a partir de uma influência, muito forte, dessas quase duas décadas de experiência na/com a educação de surdos. Por diferentes espaços/tempos, níveis de escolarização e inúmeros surdos, com os quais este autor trabalhou, a complexidade a partir do ingresso desse sujeito desde a educação básica se fazia presente, ou seja, que a língua essa criança “fala”? E concomitante a isso aparecem outros questionamentos como: ela é alfabetizada? Em que língua? Ela domina a Libras? Como vou ensiná-la? Podem ser perguntas retóricas para aqueles que atuam, pesquisam e estudam na/sobre a área, mas são questionamentos que rondam o imaginário de vários docentes que pouca familiaridade tem com as surdez.

Diante disso perguntamos: qual a língua é usada na educação de surdos em uma escola inclusiva? A resposta parece óbvia e objetiva, correto? Mas não. Há inúmeros percalços e entraves que permeiam este processo educacional e que, de alguma forma, complexificam ainda mais as estratégias, práticas, métodos e currículos da educação básica. O objetivo deste texto foi apresentar um recorte deste cenário educacional dando vozes aos atores que participam deste contexto escolar e procurar identificar qual ou quais as línguas são usadas na educação de surdos.

O texto foi dividido em quatro partes, sendo esta introdução seguida de um tópico para conversarmos sobre o processo de escolarização dos surdos. O terceiro momento deste texto foi reservado para ouvir e “ver” aqueles(as) que participam do processo de educação em todas as etapas de ensino e analisar as suas contribuições a luz das teorias sobre a escolarização de surdos e por fim as considerações finais onde faremos uma análise geral deste recorte espacial sobre ensino de/em línguas.

E o processo de ensino, como acontece?

Tanto a Libras quanto a Língua Portuguesa estão presentes em praticamente todas as escolas onde há surdos matriculados. “Praticamente”, pois é sabido por todos que se interessam pela educação de surdos que a Libras não é disciplina curricular obrigatória na educação básica e isso faz com que só algumas escolas a possuam no currículo ou como uma “muleta” para que o surdo possa aprender algo. É interessante que fique explícito que este texto irá tratar de um contexto onde não há instituições de ensino bilíngue – Libras / Língua Portuguesa – e sim escolas comuns, ou seja, as escolas seguem o paradigma inclusivo desde a educação infantil até o ensino superior e de surdos (crianças, jovens e adultos) que usam e defendem o uso da Libras.

Não podemos nos esquecer, ainda, que em nosso país, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi oficialmente reconhecida pela Lei nº 10.436/02, regulamentada pelo Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Assim, foi somente após essa data que, pela primeira vez, em nível nacional, iniciaram-se discussões relativas à necessidade do respeito à particularidade linguística dos surdos e do uso desta língua nos espaços educacionais e, portanto, o desenvolvimento de práticas de ensino atentas a esta especificidade. (LACERDA; LODI, 2010, p. 12 e 13).

Mesmo sendo algo historicamente recente, encontramos no decreto nº 5.626/05 que toda criança surda ao ingressar na educação infantil terá direito um processo de ensino cuja língua de instrução é a Libras (BRASIL, 2005). Mas em uma escola inclusiva isso não acontece. As crianças estão inscritas em salas mistas cuja a língua de instrução é a Língua Portuguesa. Em alguns casos é possível a escola ofertar um professor para ensinar Libras na escola como um todo, ou ensinar Libras no contra turno, ou “apenas” um intérprete de Libras. Essas são ações mais as comuns que encontramos nas instituições.

De acordo com Lacerda e Lodi (2010, p. 11):

As propostas educacionais direcionadas ao sujeito surdo embora (não se pode negar) tenham como objetivo proporcionar o desenvolvimento pleno de suas capacidades, acabam determinando uma série de limitações levando-os ao final da escolarização fundamental (não alcançada por muitos) a não serem capazes de ler e escrever satisfatoriamente ou a terem um domínio adequado dos conteúdos acadêmicos. Isso porque, pelo fato de não ouvirem, as pessoas surdas acabam tendo dificuldades de acesso à linguagem oral e escrita do grupo (ouvinte) ao qual pertencem (Góes, 1996) e, portanto, as

práticas educacionais voltadas a esta população devem considerar esta particularidade, o que nem sempre acontece.

Esta particularidade podemos ler como o uso da visualidade e da língua de sinais no processo de escolarização. Especificidade esta que impõe uma dificuldade aos docentes em se organizarem e prepararem suas aulas em salas mistas, com surdos e ouvintes. Pensar em uma estratégia que demanda necessidades culturais e linguísticas diferentes é algo que necessita uma revisão mais que urgente no processo educacional de surdos.

Ainda segundo Lacerda e Lodi (2010, p. 14):

[...] a maior parte dos surdos no Brasil não tem podido ter acesso a uma escolarização que atente para as suas necessidades linguísticas, curriculares, sociais e culturais. Parte dos surdos encontra-se em classes/escolas especiais que atuam na perspectiva oralista e/ou bimodal, as quais pretende que o aluno surdo se comporte como um ouvinte, lendo lábios aquilo que não pode escutar, falando, lendo e escrevendo em língua portuguesa.

Essa prática de querer que um aluno surdo se comporte e viva como se fosse um ouvinte é denominada de “ouvintismo” (SKLIAR, 2011) que segundo o referido autor

Trata-se de um conjunto de representações ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte. Além disso, é nesse olhar-se, e nesse narrar-se que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte; percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais. (SKLIAR, 2011, p. 15).

Muito comum encontrarmos este tipo de representações nas escolas inclusivas. Um espaço que é pensado por, para e com ouvintes é fundamental que toda a sua estrutura privilegie uma língua em detrimento da outra, uma cultura em detrimento da outra, uma forma de ser, viver e experienciar o mundo em detrimento da outra. Essas representações são mascaradas e agem de maneira sorrateira e muitas vezes desapercibidas, são influências sutis que contaminam todo um ecossistema inclusivo fazendo com que um padrão seja estabelecido entre seus habitantes.

A surdez questiona esses padrões. Ela desestabiliza essas conexões e faz com que todo o ecossistema que atravessa e afeta o processo de ensinar e aprender seja de alguma forma perturbado, desestruturado. Lidar com duas línguas e duas culturas dentro do mesmo espaço institucionalizado de educação é colocar frente a frente poderes e status diferentes. Um poder institucionalizado e que mantém um status quo

SCIAS Língua de Sinais, Belo Horizonte, v.2, n.2, p. 57-69, jul./dez. 2023.

superior (Língua Portuguesa) e de outro lado um poder marginalizado e subalternizado (Libras). Nessas fronteiras tensionadas é que se desenrola a educação de surdos.

O que dizem os atores envolvidos

Durante aproximadamente 5 meses o autor deste texto procurou conversar com professores ouvintes de diferentes ciências, professores de Libras, professores de Língua Portuguesa como segunda língua para surdos (L2), com familiares e com alunos surdos (de todos os níveis de educação). Foi um processo árduo e complexo, uma vez que, foi necessário contato com todas essas pessoas ou por e-mail, whatsapp, ligação telefônica, pedindo para terceiros, contatos via secretarias de escolas e centros de Atendimento Educacional Especializado entre outros.

Foi possível conversar com 21 pessoas. Sendo 8 alunos surdos, 3 mães e 10 docentes. As conversas aconteceram por chamadas de vídeo, formulário do google forms e de forma presencial. As questões foram direcionadas sempre ao uso das línguas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem das crianças surdas e algumas delas serão postas para discussão neste tópico. Os entrevistados serão identificados da seguinte forma: a primeira letra e um número, por exemplo: as mães, M1, M2 e M3. Os demais seguirão este padrão: docentes de D1 a D10 e os alunos surdos de AS1 a AS8.

Como pudemos perceber anteriormente a Língua Portuguesa é a língua privilegiada neste contexto de escolas inclusivas, mesmo com a presença, ainda que tímida, de TILSP e de surdos adultos, ora no papel de professor de Libras ora no papel de instrutor de Libras, a Língua Portuguesa é legitimada e utilizada de maneira a contemplar todo o processo de ensinar e aprender.

De acordo com D1 (professor de Libras na/da Educação Básica):

É um trabalho muito difícil. Os ouvintes não respeitam a Libras e não compreendem que as crianças surdas precisam da Libras desde cedo. É importante que a rede de ensino entenda essa demanda delas e organize a educação de surdos, de todos os surdos nas escolas bilíngues.

Não queremos generalizar a fala de D1, mas provavelmente esse pensamento reflete a opinião de vários surdos que atuam na docência, assim como de professores ouvintes e de alguns surdos que participam da academia atualmente. A grande questão é que o município em questão, Juiz de Fora – MG, segue os preceitos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008)

e isso quer dizer que não há possibilidades, no momento, de uma abertura de uma escola bilíngue no município.

Essa situação é algo que revolta a M2 (mãe de uma criança surda de 9 anos) que segundo ela:

se meu filho tivesse contato com outros surdos seria muito melhor para ele desenvolver a Libras. Eu trabalho o dia todo e ele fica com a prima que sabe um pouco de Libras, mas se conseguisse levar ele em espaços onde a Libras e tem outros surdos seria muito bom. Queria que a prefeitura abrisse uma escola bilíngue para que ele pudesse ter mais colegas surdos e professores surdos também.

Estar com seus pares, usar a sua língua natural e ter exemplos / modelos linguísticos e culturais é o que grande parte dos teóricos, como Strobel (2009) defendem. Essas questões são parte, ou seja, traços do ela conceitua como cultura surda. Segundo a autora a cultura surda é a forma como os surdos experenciam, enxergam, compreendem e modificam o mundo em que vivem. A cultura surda é composta por oito artefatos e a Língua de Sinais é um dos principais artefatos. É algo de destaque. E a vontade da mãe para que seu filho tenha contato com este universo é uma forma de contribuir para que ele se insira, de vez, na comunidade surda e se beneficie do que os adultos surdos têm a oferecer.

Já o AS3 (o único surdo filho de surdos) acredita que a falta de intérprete e a pouca qualificação são os problemas que ele vivencia na escola.

Já estou quase me formando (9º ano) e boa parte de minha caminhada foi com intérpretes que não sabiam bem sinais. Eles fazem português sinalizado ou uma Libras cheia de falhas. Muito difícil de entender. Imagina, você e surdo a professora falando muitas coisas importantes e o intérprete é ruim? Como? Queria você comigo. Mas você não pode né? Eu gosto de ir para a escola, tenho alguns amigos ouvintes que estudam junto comigo há muito tempo, mas não são fluentes em Libras, mas dá pra conversar. A gente se entende, você sabe!

Esse jovem é um rapaz muito perspicaz e que se diferencia de outros surdos por ter ingressado na escola comum já com o domínio da Libras, um grande diferencial. Não foi preciso estar na dúvida entre ensinar ou não a Libras para ele em detrimento do conteúdo. À medida que o intérprete ia realizando o processo de interpretação ele conseguia perceber a matéria e concomitantemente a isso, se não entendesse alguma construção em Libras ou algum sinal novo ele perguntava.

Uma reclamação não só do AS3, mas também do D4 (professor surdo de ensino superior) é a má formação dos tradutores intérpretes de Libras.

É difícil, sabe? Poxa, como a pessoa consegue passar no concurso? Não tem uma avaliação? Tem muito intérprete ruim. Queria trocar alguns, mas não pode. Seria interessante se tivesse uma formação né? Sabe se tem Letras Libras Bacharelado? Podia ser exigência. Ou pós, ou contato com surdos. Será que todos os intérpretes convivem com a comunidade surda? Será? Vejo sempre você nas festas, almoços, e outros eventos. Você não vai no bar de noite, eu sei, por causa família, mas outros podia sair com os surdos, conhecer mais da cultura surda e treinar mais a Libras. Tem prejuízo grande aqui no trabalho. Entendo mal as coisas, as informações.

Essa situação é complexa. Se o intérprete passou por um processo de avaliação, por um concurso público, provavelmente ele foi aprovado por uma banca de proficiência e isso dá a ele autoridade para estar onde estar. O que eu concordo com a fala do docente é sobre a importância de se conviver com a comunidade surda. Lá é que colocamos a nossa língua de sinais à prova, conversamos, trocamos ideias, aprendemos gírias e esse contato é fundamental para que consigamos apreender elementos externos à língua, mas que os cursos básicos e de formação não nos ensina.

Outro ponto nesta fala e que eu corroboro com o que foi apresentado é a falta de profissionais. Há uma crescente demanda por TISLP em toda a educação básica e superior e uma escassez de profissionais no mercado. Além disso é recente a formação em Letras Libras Bacharelado (tradução – interpretação). Grande parte dos TILSP que atuam no município têm como formação uma licenciatura em alguma área do conhecimento e o certificado do PROLIBRAS ou uma pós graduação na área.

O AS2 (surdo estudante do ensino superior) diz que dentro da educação inclusiva ele teve inúmeros prejuízos acadêmicos e de conhecimento de mundo.

Eu aprendi Libras já estava com quase 15 ou 16 anos. Passei por toda a escola de ouvintes sem saber muita coisa. As professoras eram até atenciosas comigo, mas ninguém sabia Libras. Lembro que fazia mais atividades de colorir e elas eram bem diferentes das atividades de meus colegas de sala. Sempre fiquei muito sozinho. Consegui intérprete só no 6º ano. Tinha dificuldade de entender a matéria e o intérprete tentava me ajudar, mas não conseguia por que ele sabia pouco a Libras e era muito português na aula. Hoje é difícil faculdade por que é muito texto e eu tenho pouco conhecimento em português e precisa ler muito.

AS2 atualmente está no ensino superior e seu depoimento poderia ser o de quase a totalidade de surdos provenientes de lares ouvintes. Com pouco contato com a Libras, que somente acontecia na escola ou em alguns eventos que participava, ele foi ter o SCIAS Língua de Sinais, Belo Horizonte, v.2, n.2, p. 57-69, jul./dez. 2023.

primeiro contato com a Libras por volta dos 11 anos de idade, mas segundo ele apenas aos 15 ou 16 realmente aprendeu a Libras. Em nossa conversa ele disse que a “Libras abriu minha visão”. Esse passar por toda a escolarização básica sem saber o que está acontecendo é muito comum com pessoas surdas. Muitas vezes em rodas de conversas ou depoimentos, colegas surdos, nos apresentam histórias parecidas.

É comum, também, os surdos, assim como fez o AS2, usarem “escolas de ouvintes” como sinônimo de escola inclusivas, isso por que na maioria das vezes eles são os únicos que fazem uso da Libras no ambiente escolar. Uma falha na formação docente e que reverbera na prática cotidiana é nivelar os alunos surdos sempre por baixo, ou seja, por que apresentar atividades de colorir? Por que apresentar atividades diferenciadas das demais crianças? Isso é incluir? Não, isso é negar a condição de aprendente deste sujeito, é negar a possibilidade de contato com o conhecimento, é negar a sua singularidade e individualidade.

Por fim gostaríamos de destacar que a formação precária deste sujeito, ou seja, os prejuízos encontrados por todo o seu percurso formativo (CHAHINI, 2016) reflete na dificuldade em lidar com os desafios que a educação superior impõe, ou seja, o excesso de textos e leituras que necessitam realizar para terem acesso ao conhecimento. Não é raro encontrar surdos reclamando dessa prática e estratégia de aprendizagem. Isso nos mostra o quão complexo são os anos que antecedem o ingresso deste sujeito na educação básica, ou seja, de 0 a 6 anos.

O autor acredita que é fundamental que a família, a assistência social, a saúde e as instituições não governamentais, principalmente as associações de surdos, criassem um rede para poder identificar e filtrar quais as crianças surdas necessitariam de acesso a Libras e proporem projetos para ofertar esse ensino para elas desde a mais tenra idade. É importante que o núcleo familiar também aprendesse essa língua.

Essa é uma das queixas de D5 (docente ouvinte de Libras). Segundo este docente é muito complicado trabalhar em um espaço cuja a criança não tem o apoio da família e a instituição usa uma língua completamente diferente da que a criança surda usa.

Trabalho há mais de dez anos como professora de Libras e vejo que muitas vezes encontramos alunos surdos que não dominam a Libras e são, de alguma maneira, “obrigados” a estudar em espaços onde a língua de instrução é a Língua Portuguesa. Ela [criança] chega na escola e não tem língua, não sabe Libras, não compreende o que falamos e aí senta nas carteiras e tem que assistir a uma aula com TILSP e em Língua Portuguesa. É impossível ela aprender algo. É impossível ela entender o que o interprete tá interpretando.

Mais uma situação em que poderíamos generalizar, ou seja, o ingresso da criança na escolarização básica sem domínio de língua e um ambiente familiar em que não há pares linguísticos. Esta questão nos faz refletir sobre a necessidade de se repensar as práticas inclusivas para essas crianças surdas que usam a Libras para se comunicar e se informar, uma vez que, a escola usa uma língua diferente em que ela não tem acesso, pois não domina a sua língua natural. É algo que devemos questionar: é responsabilidade da escola ensinar a Libras para essa criança surda? Se sim, como fazer? No contra turno? Durante as aulas? E o acesso aos conteúdos, serão negligenciados? São perguntas que podem parecer retóricas, mas que devem estar presente em nossos pensamentos para que possamos estar em estado de alerta para pensar estratégias e práticas que envolvam essas crianças e que criem ambientes mais inclusivos.

Uma questão que chamou nossa atenção foi uma fala de um dos entrevistados sobre a Língua Portuguesa. Segundo AS7 (jovem surdo estudante do ensino médio). Para ele a Libras é a sua língua de conforto e sua resistência e que com isso não vê necessidade de aprender a Língua Portuguesa.

Eu não quero e não vou aprender o português, a língua dos ouvintes. A nossa língua foi proibida e as escolas não querem usar a Libras nas aulas e isso é prejuízo para os surdos. É ouvintismo isso. Não acho certo tudo ser escrito, tudo tem que ser português, português, português. Não é certo. E a Libras? Não tem? Por que as escolas não fazem aulas em Libras? E os materiais, não tem Libras. Os surdos cansam e não querem aprender português.

Essa é uma situação bem complexa de se discutir. Vivemos em um mundo grafocêntrico e não podemos negar a importância de se ter um domínio da Língua Portuguesa. Entendo, compreendo e apoio a necessidade de uso da Libras, mas é algo um tanto arriscado não querer aprender a Língua Portuguesa. Nossas relações, independentemente de onde aconteça, tem a Língua Portuguesa envolvida nesse processo.

As situações apresentadas pelos sujeitos através dos depoimentos nos mostram um ambiente onde a Língua Portuguesa é preferencialmente usada em detrimento da Libras, mas isso não acontece de forma proposital. Percebemos que há uma série de nuances que envolve cada contexto apresentado e cada realidade vivenciada. Apesar de

estarmos percebendo uma visibilidade cada vez maior no que tange o uso da Libras ainda temos um longo caminho para percorrer e uma infinidade de arestas para aparar.

Considerações (não) finais

É interessante notar que mesmo com toda a visibilidade que a Libras tem conquistado desde sua regulamentação em 2002, há um privilégio da Língua Portuguesa em relação à Libras no processo educacional dos surdos. Isso se dá pela dificuldade, segundo mostrou a pesquisa, no processo de formação docente e de acesso aos conhecimentos por parte dos professores e das dificuldades das famílias, conforme explicitado pelas mães, em ter acesso a Libras para que seus filhos pudessem tê-la adquirido no período típico.

O sistema educacional ao privilegiar o paradigma inclusivo faz com que as crianças surdas, que usam a Libras, sejam “obrigadas” a estar em espaços onde a Língua de Instrução é completamente diferente da sua língua natural. Acreditamos também ser de uma prioridade zero, usando um jargão empresarial, uma reorganização nos processos de ensino e aprendizagem das crianças surdas nestes espaços inclusivos, assim como uma repaginada na formação de professores.

Respondendo à pergunta que dá título a este texto percebemos que a língua de maior destaque, status e uso durante o percurso formativo dos surdos, usuários de Libras, é a Língua Portuguesa, independentemente se este sujeito adquiriu ou não a língua de sinais no período crítico, ou se ele teve seu primeiro contato com a Libras a escola, ou se buscou através de outros meios o aprendizado da Libras.

Referências

BRASIL. Decreto 5.626. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005.

CHAHINI, Thelma Helena Costa. O Percurso da Inclusão de Pessoas com Deficiência na Educação Superior. Curitiba: Appris, 2016

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; LODI, Ana Claudia Balieiro. A Inclusão Escolar Bilíngue de Alunos Surdos: princípios, breve histórico e perspectivas. In: LODI, Ana Claudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. (org.) Uma Escola, Duas Línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

SCIAS Língua de Sinais, Belo Horizonte, v.2, n.2, p. 57-69, jul./dez. 2023.

STROBEL, Karin. A Imagem do Outro sobre a Cultura Surda. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009

SKLIAR, Carlos. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos (org). Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.